

22/09/2022 17:08 - Governo bloqueia mais R\$ 2,635 bilhões do Orçamento



A possibilidade de estouro no teto de gastos fez o governo contingenciar (bloquear) mais R\$ 2,635 bilhões de gastos não obrigatórios do Orçamento Geral da União de 2022, anunciou hoje (22) o Ministério da Economia.

O bloqueio de verbas consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, enviado hoje para o Congresso Nacional. Publicado a cada dois meses, o documento orienta a execução do Orçamento. A distribuição dos cortes pelos órgãos do Poder Executivo Federal será divulgada em decreto presidencial a ser editado até o fim do mês.

De acordo com o relatório, a necessidade de bloqueio total do Orçamento de 2022 caiu de R\$ 12,737 bilhões no terceiro bimestre para R\$ 10,5 bilhões no terceiro bimestre. Como o governo ainda tinha R\$ 7,865 bilhões bloqueados, o valor do bloqueio novo ficou nos R\$ 2,635 bilhões definidos no relatório.

Despesas

A projeção para as despesas primárias em 2022 caiu R\$ 2,954 bilhões, devendo fechar o ano em R\$ 1,831 trilhão. A estimativa para os gastos obrigatórios caiu para R\$ 1,678 trilhão, valor R\$ 1,944 bilhão menor que o projetado em julho. A previsão de gastos discricionários (não obrigatórios) do Poder Executivo foi reduzida em R\$ 1,01 bilhão, para R\$ 153,236 bilhões. Isso resultou na variação total de R\$ 2,954 bilhões.

A distribuição dos novos cortes pelos ministérios só será divulgada no próximo dia 30.

Bloqueio total

No fim de março, o governo havia contingenciado R\$ 1,722 bilhão em emendas de relator. Em maio, a equipe econômica inicialmente divulgou bloqueio de R\$ 8,239 bilhões, mas o valor foi posteriormente reduzido para R\$ 6,965 bilhões

Em julho, o governo fez novo bloqueio de R\$ 6,739 bilhões. De lá para cá, haveria necessidade de um novo bloqueio de R\$ 10,5 bilhões, mas, como existem R\$ 7,865 bilhões em emendas de relator e em emendas de bancada bloqueados, só foi necessário bloquear R\$ 2,635 bilhões.

A cada dois meses, o Ministério da Economia divulga o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento. Com base nas previsões de crescimento da economia, de inflação e do comportamento das receitas e das despesas, a equipe econômica determina o bloqueio necessário para cumprir as metas de déficit primário (resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública) e o teto de gastos.

No último dia 15, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia tinha divulgado as estimativas usadas na elaboração do relatório. A previsão de crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas pelo país) aumentou de 2% para 2,7%. A estimativa de inflação oficial caiu de 7,2% para 6,3%.

Fonte: Agência Brasil